

Carlos Chagas

Dilema tucano passa por nova imagem do governo FHC



BRASÍLIA - É preciso vencer a barreira de plumas erigida pela imprensa amiga e amestrada, como diz mestre Helio Fernandes, e verificar que os tucanos só debateram a sucessão presidencial em sua recente reunião do fim de semana em Belém do Pará. Porque mesmo aqueles como José Serra e Aloysio Nunes Ferreira, favoráveis a que se deixe o problema para mais tarde, não fizeram outra coisa senão abordar os vários ângulos da disputa futura. Quiseram protelar a escolha de candidato, como, aliás, todos os outros participantes, mas permaneceram o tempo todo falando da necessidade da escolha de um novo presidente do partido capaz de comandar o processo e da importância de se criar uma nova imagem para o governo FHC, em condições de abrir um mínimo de chances para o tucano que vier a ser escolhido.

Oposição já está em campanha

Uns defenderam a realização de prévias junto às bases do PSDB, como Dante de Oliveira, outros se insurgiram contra essa eleição preliminar, como José Inácio. Na hora das discussões sigilosas e longe da imprensa, porém, todos reconheceram que do jeito que as coisas vão não irão a lugar algum. As oposições estão quilômetros mais adiante, com seus pré-candidatos evoluindo e fazendo campanha, levando os demais partidos da base governista a esquentar motores e a preparar o lançamento de candidaturas.

No fundo, a perplexidade tucana permanece a mesma, porque, sem fulanizar o processo sucessório, nada feito. José Serra é candidato? É. Tasso Jereissati ainda mantém esperanças? Mantém. Dante de Oliveira acredita poder correr por fora? Acredita. Paulo Re-

nato, aliás, o grande ausente da capital paranaense, imagina atropelar os demais na hora das definições? Imagina.

O resultado é que os cardais do PSDB estão onde sempre estiveram: sem definições e, ainda por cima, com receio de que o presidente Fernando Henrique determine outra vez o silêncio completo, o que seria quase mortal, mas esperado.

A "Carta de Belém - PSDB: Partido da ética e das transformações" diz pouca coisa. Nem poderia ser diferente. Se a meta inicial fosse mesmo mudar a imagem do governo, tornar-se-ia necessário um esforço sobre-humano, fatalmente atropelado pela sucessão.

Em suma, toda grande marcha começa pelo primeiro passo, como já dizia autor não muito citado por estas bandas, e o primeiro passo foi dado na inércia. Quanto ao resto, será aguardar.

Dificuldades em Minas Gerais

A semana política começou ontem com as atenções voltadas para Belo Horizonte. A grande dúvida está em saber o que fará Itamar Franco diante de dois problemas que, nada tendo entre si, atingem frontalmente o governador mineiro. O primeiro refere-se à sucessão presidencial. Itamar sabe que a direção nacional do PMDB, partido no qual ele reingressou para poder recandidatar-se à presidência da República, continua manobrando para não ter candidato à presidência da República. Jader e companhia querem alinhar-se outra vez atrás de um tucano. Terão seus motivos, na medida em que se voltam para o passado: foram dois desastres as candidaturas de Ulysses Guimarães e de Orestes Quêrcia, como foi um sucesso a adesão a Fernando Henrique Cardoso. O problema é que agora não pode haver um terceiro mandato, e acoplar-se a José Serra ou outro tucano qualquer arrisca-se a ser uma fria.

A saída para Itamar está na mudança da direção nacional

do PMDB, em setembro. Jader Barbalho desistiu de entregar a presidência ao vice, Maguito Vilela, de nítidas tendências pró-Itamar. Assim, quando da renovação estatutária e obrigatória, daqui a seis meses, a solução da candidatura própria passará pela candidatura de Maguito Vilela ou, alternativamente, do ex-presidente Paes de Andrade. Só então o governador mineiro saberá se tem condições de tornar-se candidato. Caso as previsões surjam em sentido contrário, nada lhe custará mudar outra vez de partido.

O segundo problema diz respeito à privatização de Furnas. Fazer o que diante da investida do Palácio do Planalto, interessado em carrear, dividir e privatizar Furnas? Mobilizar a Polícia Militar não dá. Recorrer ao

Supremo Tribunal Federal, também não. Apelar para a opinião pública? Mas ela não acaba de se manifestar majoritariamente, com 84%, pela constituição da CPI da Corrupção no governo, que não vai se formalizar?

FHC cria Corregedoria Geral da União para investigar corrupção

BRASÍLIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou, ontem, a criação da Corregedoria Geral da União, com o objetivo principal de acelerar os processos de apuração de denúncias de corrupção no governo federal. Fernando Henrique anunciou o nome da procuradora aposentada da República Anadyr de Mendonça Rodrigues, que estava a seu lado durante o pronunciamento, para ocupar o cargo. Ela terá status de ministra de Estado.

Segundo o presidente, a Corregedoria terá uma "atuação matricial", fazendo integração entre os vários órgãos do governo que atuam no combate à corrupção, entre eles a Polícia Federal, a Receita Federal, o Ministério Público e a AGU. "A Corregedoria terá poder presidencial para agilizar as investigações e dará maior visibilidade sobre as ações do governo de combate à corrupção."

Fernando Henrique ressaltou que a Corregedoria "não terá limitações" para levar adiante as apurações que estão sendo feitas. Ele disse também que o trabalho para dar maior visibilidade às ações evitará "que o presidente tenha que vir aqui para explicar o que já está sendo feito".



Fernando Henrique disse que a briga entre ACM e Jader é um problema da Comissão de Ética do Senado

Presidente não crê em declaração atribuída a ACM

Um claro recado ao senador baiano

O presidente Fernando Henrique disse que há três anos vem tomando providências para coibir a corrupção e a desordem que existiam no governo antes de assumir a Presidência da República. Segundo ele, os discursos contra a corrupção estão ocorrendo há dois ou três meses, mas há dois ou três anos que as irregularidades do DNER, por exemplo, vêm sendo apuradas com resultados concretos, tais como a demissão e o envio do processo ao Ministério Público.

Ele citou, como exemplo, dados da Secretaria Federal de Controle Interno dando conta de que em seu governo foram realizados mais de 17 mil convênios de fiscalização e que o índice de irregularidades descobertas caiu de 12% em 96 para 1% em 2000.

FHC disse ainda que muitas ações tomadas pela

Advocacia Geral de União no seu governo estão resultando em economia de R\$ 14,4 bilhões aos cofres públicos, sendo R\$ 2,8 bilhões somente no ano passado. Segundo o presidente, foi em função das ações do governo que se conseguiu identificar irregularidades. "Muitos dos que hoje gritam, calaram no passado", acusou.

Em relação à recuperação de recursos, o presidente indagou: "Isso existe porque estou leniente com a corrupção ou porque fizemos o que outros não viram ou, se viram, ficaram calados? Espero que não tenham visto." FHC disse ainda que a apuração dos processos é complexa e lenta, mas isso acontece porque "graças a Deus vivemos num estado democrático e de direito", ao contrário do passado, quando as comissões gerais de Investigação (CGI) apuravam com arbitrariedade.

"Muitos dos que hoje gri-

tam foram beneficiários do regime autoritário. Eu não fui. E mesmo os que se beneficiaram não o querem mais", afirmou. Segundo o presidente, a democracia é lenta mas é o melhor regime já inventado e o único que garante os direitos do cidadão e impede o arbítrio e o "paredão moral do fuzilamento", que não se coaduna com a democracia.

O presidente disse, ainda, que as acusações recíprocas entre o antigo e o atual presidentes do Senado, senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA), são assuntos para serem tratados no Conselho de Ética, e não por uma CPI. Ele reconheceu, no entanto, que há morosidade na apuração e na punição dos casos de corrupção e que é por isso que "a sociedade está se sentindo insatisfeita e com descrença nas instituições".

ACM: FH foi um dos beneficiados pela ditadura

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) rebateu dois pontos do pronunciamento feito ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para anunciar medidas de combate à corrupção. Quanto à afirmação de que muitos que hoje gritam foram beneficiados pelo regime autoritário, ACM disse que Fernando Henrique foi mais beneficiado do que muitos atingidos no regime militar.

Segundo Magalhães, apesar de Fernando Henrique ter feito essas críticas, ele tem em seu gabinete pessoas que colaboraram no período militar. Entre elas, citou o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, além do vice-presidente Marco Maciel

e do atual presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC). Como exemplo de benefícios recebidos por Fernando Henrique, ACM citou o fato de que "o regime militar lhe deu uma aposentadoria muito boa".

Outro ponto da fala de Fernando Henrique rebatido por ACM foi a declaração de que as denúncias de corrupção foram feitas há dois, três meses. "Ele se equivocou, pois eu fiz, pessoalmente e por meio de cartas, denúncias há mais tempo que isso", disse o senador. Apesar das críticas, ACM disse que o presidente foi fiel ao conteúdo da conversa que teve com ele e com o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Aloysio

Nunes Ferreira, para discutir a possibilidade de quebra de sigilo bancário do ex-ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas.

O senador baiano considerou "louvável" a iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso de criar a Corregedoria Geral da União, incumbida de apurar denúncias de corrupção. Mas disse que isso só acontece por conta de sua "grita" no Congresso, apontando irregularidades e corrupção no governo. "No entanto, o presidente não tem humildade para admitir isso", afirmou o senador. "É preciso que a Corregedoria funcione pois, se não funcionar, será uma malandragem."

Genro lidera ato pró-CPI no Centro de Porto Alegre

PORTO ALEGRE - O prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro (PT), liderou ontem, no Centro da cidade, um ato público do PT em defesa da instauração de uma CPI para investigar as denúncias de corrupção no governo federal. O partido coletou assinaturas para reforçar a iniciativa. "O presidente Fernando Henrique Cardoso, para defender a honra de seu governo, deveria ser o primeiro signatário desse manifesto", disse Tarso.

O prefeito criticou os partidos de oposição ao PT no Rio Grande do Sul, que querem criar uma CPI da Segurança Pública

no Estado, mas negam-se a apoiar a CPI da Corrupção no plano federal. "Ao contrário do pedido estadual, essa CPI federal aponta fatos concretos", disse Tarso, referindo-se às denúncias de desvios de recursos na Superintendência da Amazônia (Sudam).

A bancada gaúcha é a que deu, proporcionalmente, o maior número de assinaturas para a CPI da Corrupção. Dos 31 deputados federais do Rio Grande do Sul, 21 haviam assinado inicialmente o requerimento, sendo quatro do PMDB, dois do PPB e um do PL, mas alguns começaram a recuar.

O presidente disse lamentar que só depois de dois anos e oito meses, "um jornal" ("O Globo") tenha descoberto que o Dossiê Cayman é uma farsa. "Não se deve perder mais tempo com uma coisa em que a falsidade é patente", disse o presidente, acrescentando que está processando as pessoas que teriam divulgado tal dossiê. "Prejudica muito o País imaginar que seu presidente, um governador e dois ministros estejam metidos em coisas suspeitas em Cayman. É tão grave que seria preciso ter coragem de pedir o impeachment gritando nas ruas. Só que é falso."

OAB cobra participação da sociedade

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Appabato Machado, elogiou a criação da Corregedoria Geral da União para cuidar dos casos de corrupção, anunciada ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Appabato defendeu, no entanto, a participação da sociedade civil para tornar mais efetivo o trabalho de apuração das denúncias

de corrupção, cobrando também uma atitude do Congresso para apurar denúncias que envolvam políticos. "É um fato positivo, desde que a Corregedoria apresente resultados com a urgência que a sociedade reclama", afirmou o presidente da OAB, sobre o novo órgão.

"É preciso saber, ainda, se a Corregedoria vai apurar fatos anteriores ou apenas o que surgir daqui para frente. Pen-

so também ser da maior importância a participação da sociedade civil, para que esse trabalho seja mais efetivo e os culpados realmente sejam punidos, obedecendo o devido processo legal." Segundo Appabato Machado, a criação da Corregedoria pelo Executivo não elimina outras apurações. "É preciso se mexer agora, caso contrário a sociedade vai cobrar", advertiu.